

DESAFIOS DO NOSSO TEMPO

TEXTOS ESCOLHIDOS DO PADRE JOSÉ KENTENICH

Edições Patris, Lisboa, 2002

2

DINAMISMO ECLESIAL

No meio das dificuldades e provas a que o Santo Ofício¹ submeteu a Obra de Schoenstatt, durante catorze anos, o Fundador expressou o desejo de que se gravasse no seu túmulo a inscrição: “*Dilexit Ecclesiam*”, “Amou a Igreja”. O amor a Maria e o amor à Igreja estavam para ele indissolavelmente unidos. Inspirado por esse amor, orientou desde o princípio a sua fundação para o ideal de uma Igreja renovada pela força do Espírito Santo. O Concílio Vaticano II veio confirmar o que tinha procurado durante toda a sua vida.

“A Igreja”, afirmava o P. Kentenich, “precisa de dirigentes proféticos que, sem concessões fáceis, mantenham na doutrina e na vida aquilo que possui valor essencial para além do tempo, e que, por sua vez, sejam flexíveis e receptivos de modo a revestir criativamente de novas formas o espírito originário do catolicismo; formas que antecipem a Igreja do futuro e lhe dêem solidez”.

Em diversas ocasiões refere-se à imagem renovada da Igreja que foi apresentada pelo Concílio Vaticano II. Numa prática dada em 8 de Dezembro de 1965, considera que a Igreja se caracteriza, em primeiro lugar, por estar profundamente enraizada na tradição e, ao mesmo tempo, por ser extraordinariamente livre, pois soube desfazer-se de um rígido formalismo tradicionalista. Em segundo lugar, diz, é uma Igreja extraordinariamente unida por um profundo espírito fraterno; mas ao mesmo tempo é guiada hierarquicamente por uma autoridade paternal. Em terceiro lugar, é uma Igreja que tem a missão de ser alma do tempo actual e da cultura do mundo futuro.

Num retiro de Novembro de 1966, refere-se à Igreja como povo de Deus, peregrina, que possui uma estreita relação com o mundo, está orientada

¹O Santo Ofício - actualmente chamado de Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé - é o organismo da igreja Católica encarregue de acompanhar o desenvolvimento da compreensão da fé cristã, velando pela sua fidelidade à Sagrada Escritura e à tradição da própria Igreja (NT)

escatologicamente e exige do cristão uma extraordinária capacidade de decisão pessoal e de realização.

Mais tarde, a 10 de Fevereiro de 1968, volta a descrever as características da Igreja de forma semelhante: a Igreja que o Concílio nos ofereceu é uma Igreja inteiramente renovada, fraterna, pobre e humilde; totalmente compenetrada e regida pelo Espírito Santo; dinâmica; não se rege pelo critério da fuga do mundo, mas procura vencê-lo: mais ainda, quer penetrá-lo e animá-lo.

As palavras do P. Kentenich, que transcrevemos, são palavras de um educador que procura desvendar a vontade de Deus a partir dos sinais dos tempos e do magistério da Igreja. Sem ser um estudo sistemático, os seus conceitos são extraordinariamente actuais. E ainda que só possamos oferecer fragmentos das práticas referidas, acreditamos que elas contêm contribuições e sugestões valiosas para aqueles que estão empenhados em realizar a missão post-conciliar da Igreja.

AMAR A IGREJA

O facto de nos encontrarmos perante uma nova etapa da história da nossa família, está fora de questão². O que queremos privilegiar no início desta nova etapa? Ou, dizendo melhor: o que pretendemos realizar nesta próxima etapa? O meu mais profundo desejo seria colocar no portal dos próximos anos e séculos aquela frase que oportunamente escrevi ao Santo Ofício: “Dilexit Ecclesiam!”. Desejaria que essa expressão se inscrevesse, algum dia, no meu túmulo; gostaria de vê-la ali gravada para todos os tempos: “Dilexit Ecclesiam”: “Amou a Igreja”, essa Igreja que cravou a Família de Schoenstatt na cruz - *Dilexit Ecclesiam*.

Como é esse amor à Igreja?

Transmiti-lhes de diferentes maneiras, durante estes dias, aquilo que disse e prometi ao Santo Padre por ocasião da inesperada audiência que me concedeu³. Como Família que foi despregada da cruz, gostaríamos no futuro, de esforçar-

2

O P. Kentenich faz aqui alusão à prova a que Schoenstatt foi submetido pela Igreja, através do Santo Ofício, durante os 14 anos do seu exílio em Milwaukee, E.U.A.

3

Refere-se à audiência com o Papa Paulo VI, que teve lugar a 22 de Dezembro de 1965.

nos, por todos os meios ao nosso alcance, por colaborar com o Santo Padre na realização da missão post-conciliar da Igreja. Deste modo, a expressão “Dilexit Ecclesiam” toma um significado vincado: *Schoenstatt dilexit Ecclesiam*. O amor à Igreja leva-nos a apoiá-la na sua missão post-conciliar em todos os âmbitos e da forma mais perfeita possível.

MUDANÇAS DE ACENTUAÇÃO

Em que consiste esta missão? (...) Como se caracteriza a si mesma a Igreja no Concílio?

Em primeiro lugar, talvez fosse conveniente perguntar: pode existir uma mudança na compreensão que a Igreja tem de si mesma? Se respondemos que efectivamente essa mudança ocorre, pode suscitar-se logo uma segunda pergunta: a Igreja não terá sido vítima das modernas teorias evolucionistas? Porque não mantém com firmeza o que afirmou no passado? Pode realmente dar-se uma mudança? Seria melhor dizer que é possível uma mudança de “acentuações”.

Como se vê a Igreja a si mesma nestes últimos tempos?

É extraordinariamente positivo que se tenham reunido em Concílio os representantes da Igreja, os cardeais e os bispos de todo o mundo. Tiveram assim a oportunidade de colaborar nesta auto-definição da nova imagem da Igreja e de dar contribuições essenciais à sua configuração. Para lá de todas as reflexões, em última análise, reinou a convicção de que a Igreja é regida pelo Espírito Santo, particularmente desde que João XXIII destacou amplamente esse facto, pondo-o em primeiro plano. E como se fez notar o efeito da presença do Espírito Santo no âmbito eclesial! Se houve uma transformação na auto-compreensão e na consciência da Igreja, ela não é um facto fortuito: é obra do Espírito Santo.

UMA IGREJA DINÂMICA

Novamente (se coloca) a pergunta: como se descreve a Igreja a si mesma na constituição *Lumen Gentium*? A Igreja quer ser vista no futuro em toda a amplitude do seu poderoso dinamismo. No futuro, a Igreja quer orientar-se, mais decididamente do que até agora, rumo às “novas margens”, usando uma

expressão que é comum entre nós⁴. Não quer estar constantemente a olhar só para a margem antiga. Não! Quer ambas as coisas: guardando o passado, olhar para o futuro.

Olhando o passado reafirmam-se os fundamentos profundos da Igreja e a sua missão essencial para todos os tempos, tal como foram vistos desde o princípio, tal como lhe foram dados pelo Espírito Santo. Estes fundamentos mantêm-se inabaláveis. Mas, ao mesmo tempo, dá-se-lhe um impulso que, conscientemente, a leva a considerar os grandes acontecimentos e transformações do tempo; e, deste modo, orienta-se a Igreja rumo às mais novas praias. A consequência de tudo isto é - poderíamos talvez dizê-lo assim - uma espécie de revolução, um violento abalo. Para trás fica uma concepção exageradamente tradicionalista e caminha-se rumo a uma concepção renovadora.

A Igreja sempre se inspirara no pensamento: *Tu es Petrus et super hanc petram aedificabo Ecclesiam meam* (Tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja). Via-se então a Igreja como uma rocha no meio da turbulência do tempo; e aquele que quisesse receber a salvação de Deus, devia encontrar o seu caminho até essa rocha. Daí que existisse um certo isolamento da Igreja no meio das perturbações do tempo moderno. A Igreja esteve e ainda hoje continua a estar - assim se afirma frequentemente - quase como um bloco que se move isolado no meio do mundo. E este mundo, em vez de se esforçar por alcançar essa rocha na sua peregrinação, cada vez dela se distancia mais e mais. Por isso procuramos um maior dinamismo. Por isso nos desligamos de um conservadorismo rígido.

Se nos fixamos na imagem da rocha, então temos de dizer que a Igreja deve esforçar-se por movimentar essa rocha em direcção ao mundo moderno. Suspeitamos o que isto significa: uma forte transformação do pensamento eclesial. E se a concepção da Igreja sofre transformação, então também deve sofrer uma transformação o “sentire cum Ecclesia” (sentir com a Igreja). Se no meio das ondas e das tormentas, a Igreja, agora mais do que antes, se sabe

4

Para designar a meta da Igreja renovada, o P. Kantenich usava frequentemente a expressão: Igreja nas “novas margens”, lembrando através desta imagem a epopeia dos descobrimentos nos sécs. XV e XVI, que implicaram deixar o “velho mundo”, atravessar os oceanos (o desconhecido), para assim encontrar novos mundos.

orientada para a mais nova margem, quer dizer que o “sentire cum Ecclesia” deve impelir-nos a fazer nossa essa concepção. Portanto, é preciso despojarmos-nos de um exagerado apêgo ao que é antigo, para nos lançarmos bem no meio das ondas do tempo.

A fim de explicar um pouco melhor os pensamentos que formulámos de forma esquemática, recordemos que actualmente a Igreja prefere outras imagens para se descrever a si mesma.

Prefere ver-se reflectida na imagem de um barco; aquele barco que era sacudido de um lado para o outro no mar da Galileia. Um barco onde se encontra o Senhor, ainda que Ele pareça estar novamente adormecido. Um barco que não teme o ímpeto das ondas e que navega corajosamente no mar da conturbada vida actual. Uma vez mais: uma concepção dinâmica da Igreja que expressa o forte anseio de que todo o mundo seja tocado por ela. Tal como Pio XII o expressou no seu tempo, na sua formulação clássica: a Igreja primitiva estava compenetrada da consciência de missão: ela era chamada a ser alma de todo o mundo. Durante séculos, a Igreja esforçou-se por ser alma de um mundo limitado. A Igreja actual quer ser realmente alma de todo o mundo; desse mundo que foge constantemente de Deus. Assim surge em primeiro plano uma pastoral “de procura”: lançamo-nos no mar do tempo!

Claro que nos apercebemos dos perigos que esta concepção envolve. Devemos esperar que muitas circunstâncias e muitas coisas nos causarão problemas. Se a Igreja tem a coragem de se lançar no oceano, no barco no qual se encontra o Senhor, mas onde tantas vezes parece adormecido, que grande é o risco que implica hoje ser membro dessa Igreja! Que grande audácia é preciso ter hoje! Que imensas exigências se nos colocam! Uma confiança magnânime em que o barco não será vítima da tormenta; uma gigantesca confiança em que este barco será capaz de cumprir a sua tarefa. Evidentemente, ele terá a incumbência de recolher, à direita e à esquerda, os naufragos que seja possível salvar. Não serão eles a procurar e alcançar, com grande esforço, o caminho para a rocha. Não; agora será a própria Igreja quem deve procurar os que cambaleiam e vacilam. No meio da tempestade, ela mesma quer atracar a todos os continentes e a todos os lugares para procurar todos os que são chamados por Deus e querem ter uma morada permanente neste barco.

Captámos a mudança de perspectiva? Compreendemos esta transformação do modo de sentir que se evidencia numa tal concepção? (...).

Cabe perguntar, como se compreende a si mesma a Igreja a partir do Concílio? À partida sabemos que não de forma oposta à de antigamente. A sua auto-compreensão essencial permanece. Podemos falar, isso sim, de diferentes acentuações (...). Acentuações que Deus espera e exige através da situação actual.

INFLUÊNCIA CONSTANTINA

Neste contexto, gostaria de recordar que a Igreja, nos séculos passados, sofreu extraordinariamente em consequência da declaração “constantina”. Constantino não só instituiu a igreja de direito público como a uniu estreitamente ao Estado. Com isso vinculou-a a uma determinada concepção estatal. O direito estatal foi aplicado e orientado para a Igreja. Melhor dito, a Igreja orientou-se por ele. Por isso, durante séculos, o conceito de obediência e de autoridade esteve marcado por essa realidade. Podemos mesmo dizer, sem ser injustos e sem distorcer a verdade, que desde então se praticou basicamente na Igreja um estilo de obediência militar. Mesmo os bispos, ao abrigo do direito constantino e influenciados pela concepção constantina da Igreja, concebiam-se não só como príncipes da Igreja mas também como príncipes no Estado.

Quanto poder se encontrava, naquela época nas mãos do bispo! Poder político, poder religioso; sim, quase podia falar-se de uma certa “omnipotência” do bispo. Hoje, pelo menos interrogamo-nos se o problema do poder não é um perigo maior para a sociedade do que os problemas em relação ao sexo. Chama-nos a atenção quão rapidamente se converte a posse do poder em avidez de poder (...). Daí que depois da democratização do mundo, esta ideia tenha feito sentir a sua influência no seio da Igreja e a tenha impulsionado a realizar uma mudança certamente querida por Deus.

Hoje, tudo tende a favorecer a democracia. Naturalmente aqui apresenta-se novamente o perigo - e o demónio abusou bastante dele - de que os rasgos democráticos no governo da Igreja degenerem em democratismo. Constatamos sempre a mesma coisa: pontos fracos ou perspectivas em si mesmas correctas, são amplamente desencaminhadas ou distorcidas pelo demónio.

Como vêm, o meu interesse é novamente acentuar o “et-et”, e não o “aut-aut”⁵ (...) Gostaria de chamar a atenção para a tragédia - talvez pudéssemos expressá-lo assim - que Constantino significou para a Igreja. Digo “tragédia”, pelo menos a partir de um determinado ponto de vista.

Como era a situação ao princípio? A Igreja não teria antes uma orientação mais acentuadamente democrática? Não porque não existisse uma chefia; mas sim porque existia um sentido de mútua pertença interior entre a autoridade e a comunidade: havia solidariedade. O chefe, a chefia, o sacerdócio, os bispos, mantinham um estreito contacto com o povo. Pois bem, através de Constantino, o sacerdócio, e especialmente o episcopado, constituiu-se num estado próprio. Certamente isto teria sucedido de qualquer maneira, porque onde existe uma comunidade deve haver também uma cabeça -. Que depois se tenha constituído uma certa comunidade (daqueles que representavam a autoridade) é natural (...); mas esta comunidade não deveria constituir uma casta.

Quão profundamente tudo isto prejudicou a Igreja ao longo dos séculos e dos milénios! Como se sente ainda hoje, mesmo em círculos católicos, o facto de a Igreja se identificar com uma casta superior! Na Baviera, até há pouco tempo, os bispos eram elevados ao estado da nobreza. Com isso ficavam também obrigados perante o Estado.

IGREJA, POVO DE DEUS

Novamente surge a pergunta: como se auto-define a Igreja?

Primeiro, como “povo de Deus”. O uso desta expressão manifesta de imediato a oposição a uma Igreja concebida com um carácter demasiadamente hierárquico ou conduzida ditatorialmente. Também aqui nos apercebemos da reacção pendular própria das correntes culturais, que se comprova no âmbito eclesial. “Povo de Deus”: aí está presente, de alguma maneira, o lema: “Que a Hierarquia desça”. Até onde? Ao mesmo nível do povo. Deve acabar a forte oposição entre o que governa e os dirigidos. “Estamos todos ao mesmo nível”.

⁵“et-et”: literalmente “e-e”, “não só - mas também”, “tanto-como”.

“out-out”: literalmente “ou-ou”, no sentido de exclusão de partes.

Com esta expressão o P. Kantenich denuncia uma mentalidade que denomina “mecanicista”. Para esta mentalidade é difícil captar a realidade na sua totalidade. Vê as partes de um todo em si mesmas, mas não na sua mútua relação. Custa-lhe captar as funções complementares dos diversos componentes de um todo. Daí que, por exemplo, dificilmente visualize a harmonia entre autoridade e liberdade, pessoa e comunidade, Igreja e mundo, etc. O P. Kantenich opõe a esta mentalidade mecanicista ou separatista a mentalidade “orgânica”, que sabe ver as partes na sua função própria e na sua mútua dependência e condicionamento dentro do todo. (Ver: Texto 1, nota 1; Texto 12, nota 3).

Os bispos, e o Papa, todos pertencem ao povo de Deus. Como podemos imaginar, corre-se o risco da infiltração de uma concepção não esclarecida que quererá afirmar: “Todo aquele que se destaque do povo de Deus, quer dizer, aquele que assuma um lugar especial no povo de Deus, deve ser abatido, não deve existir. Os bispos estão ao mesmo nível que nós no povo de Deus. Direitos especiais, direitos da Hierarquia, que Deus tenha concedido à Igreja, são histórias do passado: todos temos o mesmo direito!”.

Verificamos, deste modo, como o traço democrático que deve existir na Igreja se converte num democratismo que tende a invadir tudo (...). Hoje fala-se de “ser parceiros”⁶, de fraternidade. Tudo isto é verdadeiro e correcto em si; no entanto, está marcado pela mesma tendência: um certo igualitarismo.

Consideremo-lo novamente segundo “a concepção orgânica”. De acordo com esta, a cada membro está reservado um lugar que lhe cabe no organismo total. Devemos acabar com o mecanicismo que tudo extrapola. Podemos adoptar diversas acentuações: hoje mais isto, amanhã mais aquilo. Se não agirmos organicamente, seremos constantemente arrastados pelas ondas da vida e, em última análise, chegaremos à conclusão de que tudo foi uma simples brincadeira. O que ontem louvávamos e adorávamos, é agora queimado. E amanhã, novamente exaltado. Por isso, é preciso manter uma linha clara (...).

Quando falamos em “ser parceiros” - e como já dissemos, a expressão justifica-se por contraste com o autoritarismo do passado - fazemo-lo pensando na “paternidade”, tal como a concebemos. Esta implica sempre uma grande dose de proximidade, maior do que a que ressalta da expressão “ser parceiros” (...). Se, numa posição de responsabilidade eu me considero como o senhor e dono e olho os outros como criados, não posso falar de paternidade. Por paternidade entendemos antes uma força criadora (...). Paternidade espiritual é força geradora; uma força de gestação espiritual (...). Que quer dizer “gerar”? *“Productio viventis a principio ciuncto in similitudinem naturae”* (a produção de um ser vivente a partir de um princípio vivente unido a ele, semelhante na sua natureza ao que o produziu). Uma frase erudita cheia de conteúdo. Não sei se Alban Stolz, ao explicar, no seu tempo, o seu conceito de educação, pensou

⁶ A palavra usada é “Partnerschaft”. Vem de “Partner” que significa “sócio”, “interlocutor”, “companheiro”, “parceiro”. É difícil traduzir esta expressão conservando o seu matiz próprio. Aqui tanto adoptamos o termo “companheirismo” como o “ser companheiros”.

nesta frase de Boécio. Em todo o caso, ao explicar e definir a educação, reflecte de forma simples e popular o que ensina Boécio. Educar consiste para ele em “manter um contacto vivo”. Um contacto vital (entre educador e educando).

Quando actuo como educador, quero transmitir criadoramente a minha vida a quem tenho diante de mim. Mas não se trata de uma acção unilateral. Trata-se de manter um contacto vivo; a vida que possuo e que brota de mim quer ser transmitida ao outro. Mas não sou apenas eu que vou ao encontro da pessoa que tenho diante de mim: ela também vem ao meu encontro. Eu desperto vida, vida que é original, e assumo essa vida na minha própria pessoa.

Por isso, não sou apenas eu quem gera. Aquele que está diante de mim também realiza um acto criador. Volto a repetir: aquele que está diante de mim também exerce a acção de gerar vida relativamente à minha pessoa, tal como eu diante dele, e talvez mesmo de forma muito mais vigorosa do que eu.

Não pensem que ao dizer isto advogo uma humildade mal entendida. Devem fazer a prova da vida (...). Se não assumo a corrente de vida que brota do outro, se não a incorporo na minha corrente de vida, não consegue gerar-se uma força criadora, não se produz a acção de gerar. A pessoa que está diante de mim é um ser espiritual vivo, e este não se deixa só formar por outro: também quer por sua vez actuar criadoramente.

Trata-se de um processo vital singular, de um processo vital misterioso. É próprio da paternidade recolher a vida que brota de todos os lados. A paternidade não consiste unicamente em actuar gerando, mas também em ser formado por essa acção de gerar (...). Este processo tende, definitivamente, a estabelecer uma profunda e real comunidade de vida. Outro modo de actuar (relação senhor-criado) pode ser que represente uma sociedade, que gere escravos, mas de modo nenhum seres humanos enobrecidos na sua natureza. No fundo, manter esse contacto vital é propriamente o que hoje se pretende dizer com a expressão “ser parceiros”. O conceito de “parceiro” é um protesto ante uma falsa concepção de paternidade ou de “dominatio”, ante a ditadura ou como se lhe queira chamar (...).

Que queremos ser? Que quer Deus Pai? Ele quer congregar-nos num povo seu. Mas escutem bem: Povo de Deus! Portanto, Deus é o Pai, o nosso Pai comum. Todos temos direito a rezar o Pai-Nosso, quer me chame Papa, Bispo ou jardineiro, ou seja o que for. Todos somos povo de Deus. Pertencemos ao

Deus vivo e eterno. Podemos compreender facilmente que a expressão “Povo de Deus” carece de sentido para uma pessoa ou sociedade que desconhece a paternidade, especialmente se já não tem o sentido de Deus. Se rejeitamos Deus, estas definições não servem de nada (...). Pelo contrário, se mantemos a visão de conjunto e temos diante dos nossos olhos as verdades centrais, então essas expressões enchem-se de conteúdo, não se gastam nem se reduzem a puras fórmulas, ou a fórmulas carentes de conteúdo. Povo de Deus, filhos de Deus! Nós escolhemos a expressão “Família de Deus” para expressar este conceito (...).

IGREJA, FAMÍLIA DE DEUS

Família de Deus! Numa família de Deus não existe uma obediência militar mas uma obediência familiar. Deveríamos consultar, neste contexto, os estatutos das nossas Irmãs de Maria⁷. Ali se encontra exactamente esta formulação: na nossa Família, só conhecemos, justamente porque somos família, uma obediência familiar. À sua essência pertence, em primeiro lugar, uma grande dose de co-responsabilidade e, depois, de franqueza. É próprio de uma obediência familiar uma profunda e ampla co-responsabilidade.

Não se trata aqui simplesmente de matizes ou de jogos de palavras. Lembrem-se do que dissemos acerca da ordem social e do pluralismo. Quão importante é a co-responsabilidade - também quanto ao religioso - numa ordem social pluralista! Tal como numa família, não assumo somente responsabilidade pela posição que tenho, nem apenas perante mim mesmo. Temos de superar o homem-massa. Não queremos um rebanho. A família não tem nada a ver com a tropa. A família é formada por pessoas. Para mim foi sempre motivo de orgulho educar homens que possuíssem uma originalidade pessoal (...).

Se não conseguirmos educar homens que saibam decidir por si mesmos e que, a partir dessa auto-educação, sejam capazes de realizar com vigor o que tiverem decidido, humanamente falando encontramos-nos desvalidos perante o mundo moderno: duplamente se olharmos o adversário. Pensemos, por exemplo, no bolchevismo e em tudo o que possui uma roupagem semelhante; ali a personalidade é varrida pela obediência. Pelo contrário, uma obediência sã,

⁷O P. Kantenich refere-se ao Instituto Secular das Irmãs de Maria de Schoenstatt, por ele fundado em 1926.

familiar, não suprime a personalidade; ao contrário, cria personalidades. Personalidades que sabem unir a obrigação, a obediência e a liberdade (...). Ora bem. Para não ficar demasiadamente no campo teórico, quero relatar-lhes o que prometi recentemente ao bispo de Münster, o meu bispo⁸. Enquanto se encontrava em Roma (devido às sessões conciliares) congregou o seu Cabido acolhendo-me de forma oficial e solene no clero da sua diocese. Ao terminar expressei também o meu “*promitto*” (prometo). O que queria dizer com o meu “*adsum*” (estou disposto)? Em nome de toda a Família de Schoenstatt da diocese de Münster e, em certo sentido, em nome de toda a Família, prometia que iríamos empenhar-nos para que a diocese chegasse a ser, no sentido eclesial, verdadeiramente uma família. Assim assinalava uma grande tarefa na qual devemos cooperar em todas as dioceses em que nos encontremos. Uma família é impensável sem um *pater -familias*. Com isto expressamos o nosso protesto contra uma certa concepção moderna (...). Hoje só se fala de companheirismo ou fraternidade. Perante esta concepção, nós sustentamos, de forma sóbria, firme, clara e decidida que não há fraternidade sem paternidade (...).

Por outro lado, sustenta-se que a Igreja não pode ser considerada actualmente como uma família pelo facto de os seus membros serem muitos. Família - afirma-se - só é possível onde o número dos membros é reduzido. No entanto, perde-se de vista algo que se pode observar no plano natural. Não há só famílias pequenas; existe também a grande família, a que é composta por pequenas famílias. Podemos compreender o que isto significa para nós. Em primeiro lugar significa que a diocese representa uma família que tem à sua cabeça um *pater-familias*; em segundo lugar, que isto é condição para que a Igreja na sua totalidade seja uma família. Pequenas famílias constituem uma grande família. Mas a diocese é demasiado grande (...). Repito: se não se pressupõe um número considerável de pequenas famílias - estas podem ser famílias de ordem natural ou comunidades cristãs de carácter familiar -, então o carácter familiar da Igreja não está suficientemente assegurado (...).

IGREJA PEREGRINA

Uma Igreja peregrina. Muito do que afirmámos a respeito da Igreja - Povo de Deus - podemos aplicá-lo à expressão - Igreja peregrina (...). Que pretende dizer-se com a expressão “Igreja peregrina”? Quando falamos de peregrinação referimo-nos a uma imagem peculiar da Igreja, que está constantemente em movimento, peregrinando. Encontramos novamente a contraposição entre uma Igreja como se via no passado, completamente instalada, e tal como a vemos hoje, uma Igreja que peregrina. Antes, uma Igreja sedentária; agora, peregrinando, sempre em movimento ⁹ (...).

Toda a nossa vida não passa de uma grande peregrinação. Somos uma Igreja que se encontra constantemente a caminho (...). Qual é a sua meta? O nosso caminho inicia-se em Deus e dirige-se para Deus. Vimos a este mundo partindo de Deus e regressamos novamente a Ele. Uma grande peregrinação de Deus através do mundo. Se queremos dar o seu pleno conteúdo à expressão “Igreja peregrina”, em contraposição com a concepção anterior, devemos dizer que o polo oposto à Igreja peregrina é a Igreja instalada, inamovível, que, dum modo geral, se esqueceu de se pôr em movimento e de empreender uma luta e uma cruzada vitoriosa.

Quais são as características da Igreja instalada? (...).

Em primeiro lugar, é uma Igreja orientada para a dimensão exterior ou jurídica, que não deseja ser perturbada nem a partir de dentro nem a partir de fora. Por isso, determina tudo juridicamente. A Igreja instalada põe a sua segurança na adesão escravizante às determinações jurídicas. Não queremos com isto dizer, evidentemente, que uma Igreja instalada deva ser substituída por uma Igreja peregrina na qual não existam obrigações jurídicas (...). Como comunidade que somos, não podemos subsistir sem obrigações e sem leis. Portanto, o que se deseja é encontrar o meio termo justo; e considerar que se trata uma vez mais de acentuações (...). A Igreja instalada tenta assegurar a sua existência por meio de um sem-número de determinações legais (...).

Em segundo lugar, a Igreja instalada está condicionada a que tudo corra bem, a que exista suficiente comida e bebida. Não quero dizer que a Igreja peregrina

⁹ A expressão alemã “sesshafte Kirche” pode traduzir-se por Igreja “instalada” ou “sedentária”. Usamos ambos os termos.

deva prescindir disso: A questão central é sempre a acentuação. Na Igreja instalada, tudo tem que estar firme e assegurado de maneira burguesa (...). Quero estar bem, aqui na terra, nesta Igreja instalada, e gostaria também de estar bem lá em cima, no céu.

Compreendem o que queremos dizer com tudo isto?

Segundo esta concepção, qualquer tipo de audácia é sufocada. Gostaria de destacar isto firmemente, com a maior clareza: numa Igreja instalada, com o tempo, a fé torna-se anémica. Porquê? Porque num estilo de vida burguês, e também numa vida religiosa burguesa, a fé perde um traço que lhe é essencial: o risco. Numa Igreja instalada, não arrisco nada, não me atrevo a renunciar a este ou aquele bem burguês quando a fé e o espírito de Deus me pedem isto ou aquilo. Não me arrisco a viver o espírito do cristianismo, sinto-me feliz quando as obrigações jurídicas são mantidas a todo o custo.

Hoje em dia queixamo-nos constantemente de que a fé se tornou extraordinariamente anémica, e procuramos as causas que explicam este fenómeno. Pois aqui temos uma causa relevante: a fé que cultivámos durante séculos era uma fé anémica, que tinha perdido o hábito de assumir riscos (...). Quando os apoios humanos desaparecem, parece que nos falta o chão: só nos resta deixarmo-nos cair nas mãos de Deus. Nesses momentos somos forçados a renunciar a tudo ou a voltar ao nosso aburguesado estado de satisfação. O que acabamos de afirmar não significa que antes não tenham existido riscos. Mas, em última análise, o risco verdadeiro consiste em que, embora humanamente não tenhamos nada em que nos apoiar, confiemos que conseguiremos alcançar o que esperamos. Neste contexto podemos compreender como é grande a tarefa que o Concílio coloca à Igreja actual. O bispo de Maguncia usa com gosto uma frase que julgo que nos agradará a todos: “o Concílio tornou difícil ao católico actual ser católico” (...). Tornou-nos difícil ser autenticamente católicos. Tornou-nos difícil a fé, especialmente num mundo em que os católicos, como tais, têm, ou lhes é concedida, muito pouca influência; sim, um mundo em que não é nenhuma honra especial ser católico, particularmente ser sacerdote. Compreendem? Deus Pai dificultou-nos as coisas. É mais difícil ser católico hoje que antes. Deveríamos estar agradecidos e quase pedir-lhe que nos fosse difícil ser católicos (...). Se Ele o não fizer, teremos maiores dificuldades mais tarde, no nosso trabalho apostólico, para

infundir noutros a atitude de risco (...). Temos que dar o salto da fé: temos que entregar-nos simplesmente, sem reservas, à condução divina (...).

UMA IGREJA IMPULSIONADA PELO ESPÍRITO SANTO

Se conseguirmos agora - quando tudo se movimenta vertiginosamente e está em convulsão - abrir-nos à irrupção do divino, do Espírito Santo, aos seus sete dons, então a Igreja poderá novamente empreender uma cruzada vitoriosa pelo mundo: poderá recomeçar a converter-se novamente em alma do mundo. Mas isto coloca-nos altas exigências e precisamos de nos educar para sermos capazes de as cumprir (...). Quando o fundamento das três virtudes teologais é aperfeiçoado pelos dons do Espírito Santo, a pessoa adquire uma segurança singular. A este tipo de segurança chamámos “segurança do pêndulo”. É aquela segurança que nos vem de cima e não de baixo. A segurança no coração de Deus, no seu amor. Essa segurança brota da convicção: é Deus Pai quem me sustém, Ele deu-me uma tarefa e cuida que eu a cumpra. Melhor ainda: é Ele quem a realiza através de mim (...).

Uma Igreja inteiramente regida pelo Espírito Santo, não se apoia no Estado nem procura tanto em leis próprias a sua segurança. Isto não significa que devamos abandonar totalmente o que existe. O que afirmamos é que o centro da Igreja está no Espírito Santo que tudo rege. Desejamos, portanto, uma Igreja que se entrega sem reservas ao Espírito Santo (...).

Se Deus Pai quer forjar uma nova Igreja para o tempo futuro, é evidente que nela deverão existir, em alto grau, as três virtudes sobrenaturais: a fé, a esperança e a caridade (...). Neste sentido, se não possuíssemos a convicção de que Deus nos oferece sempre mais graças, ser-nos-ia difícil encontrar o caminho no meio da confusão revolucionária do tempo actual (...). A Igreja peregrina procura sempre e em todas as direcções ancorar-se no mais além (...). Qual é a meta da peregrinação? A meta é e permanece: o Deus Eterno e Trinitário. Como isto ressoa num tempo no qual Deus foi abandonado e em que não se quer saber mais d’Ele! (...). A busca, o impulso para o fim último, para a meta religiosa, desenvolve-se numa permanente comunidade de vida com Cristo e numa permanente comunidade espiritual entre os cristãos, ou seja, com os nossos irmãos e irmãs (...).

Como compreendemos este caminhar com Cristo? (...).

Recordemos que um dos traços que deduzimos da “lei do contraste”¹⁰, é que a Igreja deve obrigar-se em todos os âmbitos a um certo “personalismo”. Também devemos considerar os sacramentos a partir deste ponto de vista. Mais importante do que interpretar os sacramentos na sua objectividade pura, é estarmos convencidos que nos sacramentos e através deles tocamos a pessoa de Cristo; que através deles chega até nós a acção divina, como uma irrupção de Deus na nossa história. Não nos damos por satisfeitos - e talvez também não houvesse lugar para isso no passado - com ter Deus só na história de ontem e de anteontem, da Igreja primitiva ou da Idade Média. Queremos a presença activa de Deus na vida do tempo actual. Interessa-nos a união pessoal com o Deus pessoal, com a pessoa de Cristo, presente em toda a liturgia. É conhecida a definição que frequentemente temos dado de liturgia: a liturgia é o actuar misterioso de Cristo - portanto, Cristo é aqui o actor principal - e o co-actuar misterioso da Igreja, sua esposa, para erradicar o diabo do mundo e para, ao mesmo tempo, santificar o mundo e transformá-lo no Reino de Deus.

Por isso, devemos sempre considerar o vínculo pessoal (...). E há que dizer o mesmo quando se trata dos membros da Igreja. Não devemos acentuar demasiado o individual. Participamos sempre numa íntima comunidade com os irmãos (...). A relação impessoal deve ser vencida pela relação com o “tu”, na medida em que este é posto em primeiro plano. Ora bem: como em tudo o que hoje vivemos, também aqui existe o perigo das posições extremas. E vai-se tão longe, como o referimos algumas vezes, que mesmo a linha vertical, a orientação para Deus, é simplesmente deixada de lado, o que significa que não se toma em conta a transcendência de Deus.

O aspecto pessoal, a entrega ao tu pessoal, limita-se ao Deus imanente, ao Deus no homem. É isto que se põe em primeiro plano. Mas, na verdade, não é este o tipo de imanência que o catolicismo sempre professou, ou seja, a habitação da Santíssima Trindade no homem. O Deus que habita no homem é uma pessoa.

10

O P. Kantenich fala de uma “lei do contraste”, distinguindo nos sinais do tempo o que ele chama “*espírito positivo do tempo*” e “*espírito negativo do tempo*” (“Geist der Zeit” e “Zeitgeist”). O espírito positivo do tempo refere-se ao que Deus nos apresenta positivamente como tarefa através das circunstâncias. O espírito negativo do tempo indica o efeito da desordem causada pelo pecado e da influência do demónio na história. Quanto ao primeiro, fala de uma “*lei da adaptação*” e quanto ao segundo, de uma “*lei do contraste*”. Ao dar-se, por exemplo, o fenómeno histórico da massificação e desumanização, vê nisto um imperativo querido por Deus que nos impulsiona a lutar, por contraste, com todas as nossas forças, por um *são personalismo*. Santo Agostinho, no mesmo sentido, dizia: “*Utamur haereticis*”, sirvamo-nos dos hereges.

Hoje pretende-se ver tudo só de forma simbólica. Reconhece-se um impulso imanente, um impulso interior para algo sobrenatural, e chama-se a isso o Deus imanente. Em última análise, isto não é mais do que um auto-fabrico de Deus (...).

UMA IGREJA FRATERNA

Uma Igreja fraterna (...). Qual era a imagem da Igreja no passado?

Uma Igreja totalmente autoritária. Isto podemos afirmá-lo agora sem medo que nos contradigam: uma Igreja regida ditatorialmente (...). Sabemos que João XXIII se considerava irmão de todos. Ele queria ser irmão para que a Igreja se tornasse fraterna (...). Deste modo, dá-se uma rotura com uma Igreja regida ditatorialmente. Em seu lugar, acentua-se o estar fraternalmente um com o outro, o actuar em comum, o actuar em conjunto com todo o povo de Deus (...).

UMA IGREJA POBRE E HUMILDE

A Igreja, assim nos disse o Concílio, deve ser cada vez mais uma Igreja pobre; uma Igreja que ama para si mesma a pobreza, que cada dia se afasta mais da pompa. E que ao mesmo tempo é amiga dos pobres, que não procura constantemente, nem mendiga, a benevolência e complacência do Estado.

Uma Igreja humilde (...), que confesse a culpa própria e tenha a coragem de pedir perdão. Uma Igreja, portanto, inteiramente diferente da que tínhamos antes. Pensemos no actual Santo Padre ¹¹. Um dos seus actos mais significativos foi pedir perdão a outras religiões pelo mal que a Igreja lhes possa ter feito nos séculos passados: uma confissão de pecado! (...).

UMA IGREJA ORIENTADA PARA O MUNDO

Salientámos como a Igreja peregrina se caracteriza também pela sua acentuada orientação para o mundo (...). De acordo com o que nos ensinaram, especialmente no que respeita à geração mais antiga, estávamos acostumados à seguinte formulação: o homem está na terra para salvar a sua alma. A ordem da salvação era vista de forma extraordinariamente individualista. Tratava-se, portanto, de uma relação individual com Deus.

¹¹Refere-se a Paulo VI

Hoje, pelo contrário, acentua-se mais a dimensão social ou a orientação para o mundo. Evidentemente, não devemos ignorar o facto de que a antiga forma de pensar também se preocupou e esforçou pela salvação de todo o mundo. Mas partia-se do seguinte pensamento: se cada um se esforçar pela salvação da sua alma, em última análise obter-se-á a salvação de todos. Hoje constatamos uma diferença: o eu já não está em primeiro plano. Isto não quer dizer que não deva ser tomado em conta; digo apenas que já não está em primeiro plano; antes está a comunidade dos santos e o impulso para o mundo (...). A Igreja quer acentuar primeiro vigorosamente o “nós”; primeiro a comunidade, e depois o indivíduo como membro da comunidade (...).

A Igreja deve ser, tal como no cristianismo primitivo - e como sempre deveria ter sido - alma da cultura, alma de todo o mundo actual. Deve vencer-se a separação entre Igreja e cultura, entre Igreja e mundo. A Igreja deve chegar a ser alma de toda a cultura actual, tão convulsionada e mundana; da própria natureza, tão influenciada pela acção do demónio (...).

Que significa o imperativo: “Ide por todo o mundo”? Significa dinamismo em toda a sua amplitude (...). Não proclamamos uma fuga do mundo, nem tão pouco, um mundanismo ou uma avidez pelo mundo; não nos contentamos com vencer o mundo, antes queremos que a Igreja penetre no mundo. Deve impregná-lo até chegar a ser alma do mundo.

UMA IGREJA ORIENTADA ESCATOLOGICAMENTE

Agora podemos perceber que uma Igreja peregrina que soube libertar-se da segurança que punha em si mesma, se tenha posto em movimento e queira abarcar todo o mundo e caminhar com ele rumo ao futuro, rumo à sua última meta. Compreendemos assim a orientação fundamentalmente escatológica desta Igreja. A escatologia orienta-nos na perspectiva do fim dos tempos, orienta-nos para o juízo final, para a última grande etapa da humanidade e do mundo; para a transformação do mundo e do homem. A meta final é a transformação do mundo e da humanidade.

No entanto, quando ouvimos estas coisas, parece-nos, talvez, haver nelas algo de falso, ou, pelo menos, perigoso. Muitas vezes ouvimos dizer que Cristo não conseguiu levar a cabo a salvação do mundo. Por isso, diz-se, não faz sentido olhar para trás e orientar-se por Ele; o que Cristo não conseguiu realizar, como

vamos nós consegui-lo? Portanto, olhemos para o futuro, orientemo-nos apaixonadamente para o futuro, procuremos apaixonadamente o que é novo (...). O que se tratou de realizar até ao momento actual, não deu resultado. É algo que podemos palpar. Qual é a imagem do mundo actual? Como mostra pouco a redenção! Por isso, procuremos outra meta! Não o passado, mas o novo e o mais novo!

Mas também podemos certamente vir a experimentar no futuro próximo que a procura desta novidade nos iludiu. Depois de amanhã sentir-nos-emos tão pouco redimidos como ontem e anteontem. Portanto, é verdade que temos de destacar naquilo que pregamos e também na nossa vida, o carácter escatológico da Igreja e de toda a humanidade. Devemos orientar-nos pela meta final do mundo e pelo trânsito deste mundo rumo ao seu último estado de clarificação.

UMA IGREJA QUE EXIGE DECISÃO PESSOAL

Uma vez que a dimensão religiosa está actualmente tão diminuída, e que domina no mundo uma escala de valores que mantém sempre o homem na esfera do puramente natural, torna-se evidente o que a Igreja exige hoje em dia: a capacidade de decidir pessoalmente e de poder “nadar contra a corrente”. Quer dizer, decisão própria em contraposição com o nosso ambiente; auto-decisão a fim de vencer a sugestão da massa. Decisão pessoal, de modo que se faça jus à citação do bispo de Maguncia, que referimos anteriormente: “O Concílio tornou difícil ao católico actual ser católico”.

Porquê? Porque, de facto, foram suprimidas muitas regras e deveres externos e a Igreja sabe disso. Portanto não podemos esperar ser sustentados por uma atmosfera. Trata-se antes de que nós mesmos criemos uma atmosfera e que, através da decisão pessoal e da aplicação de toda a nossa capacidade de realizar aquilo que decidimos, consigamos que essa atmosfera impregne o nosso ambiente.

No entanto, isto não deve ser acentuado unilateralmente. Trabalhamos com o “e-e”, quer dizer, com acentuações orgânicas. Por isso acreditamos firmemente que cada membro da Família deve contar com um apoio seguro.

Qual é esse apoio? Em primeiro lugar, o de uma *comunidade* de carácter religioso. É utópico pensar que vamos ser capazes de viver isolados, como um carvalho perante a oposição do ambiente que nos rodeia. Claro que devemos

preparar-nos para que um dia chegue o momento em que realmente possamos estar entregues a nós próprios; quando o nosso contacto com outras pessoas não for possível (...). Mas, enquanto for possível, precisamos de aspirar a estar enraizados, quase “fisicamente”, palpavelmente, numa comunidade que possua um alto grau de vida de fé. Se não o conseguirmos, faltar-nos-á algo essencial (...). Em segundo lugar, devemos contar com o apoio que dá o ter *uma visão doutrinal clara* (...). E onde existe ainda clareza no saber religioso? (...) É preciso aprender a pensar com clareza, saber orientar-se por determinadas linhas claras (...). Possuir um pensamento autónomo (...). E, em terceiro lugar, precisamos de *peessoas que encarnem o ideal* de forma palpável.

MARIA E A IGREJA¹²

Celebramos a festa da maternidade de Nossa Senhora. Esta festa recorda-nos que a Santíssima Virgem não é só Mãe de Jesus, Mãe de Deus, mas também nossa Mãe; mais exactamente que Ela é, ao mesmo tempo, mãe e protótipo da Igreja; e mais, da Igreja tal como esta se apresenta actualmente. Este facto coloca em nossos lábios uma dupla petição:

Querida Mãe, ajuda-nos a compreender profundamente o teu amor à Igreja, à Igreja tal como a vemos na actualidade.

E acende também no nosso coração - ao menos um pouco - o mesmo amor que te consome a ti.

Quero acentuar que pensamos na Igreja tal como a experimentamos hoje em dia (...). Todos aqueles que conhecem a vida, que percorreram diversos países, acumularam uma quantidade de decepções relativamente à Igreja. A Igreja tem hoje um rosto inteiramente diferente daquele que mostrava no tempo dos nossos pais ou dos nossos avós (...). Eles ensinaram-nos a amar a Igreja com a sua antiga roupagem. E hoje...? Mas quer queiramos quer não, temos que pronunciar dois nomes, duas realidades simultaneamente: Maria e a Igreja. Ambas estão unidas inseparavelmente. Por isso também hoje, tanto no âmbito

intra-elesial como para além da Igreja, ambas foram objecto de uma acalorada discussão.

Dissemos que a Santíssima Virgem é mãe da Igreja, mas que é também o seu protótipo. Se é mãe da Igreja, é evidente que a Igreja é impensável sem Nossa Senhora. Se ela é a imagem ideal da Igreja, quer dizer que Deus Pai criou a sua Igreja segundo a imagem original de Maria. Segundo esse protótipo, condicionou a sua Igreja, e segundo esse protótipo a guia e conduz através dos séculos. Ambas se pertencem mutuamente de forma indissolúvel. Por isso, podemos também compreender que se possa afirmar, com razão, que nos encontramos actualmente não só num século mariano, mas também num século eclesial. Se é verdade que a Igreja e Maria se condicionam mutuamente, tal como já dissemos (como mãe e filho, protótipo e imagem), é natural que Nossa Senhora também seja arrastada para o campo das discussões (...). O filho deve reflectir os traços da mãe. Se Maria é “Mãe da Igreja”, então será difícil confrontar-nos com a Igreja sem que, ao mesmo tempo, nos confrontemos com a Mãe da Igreja (...). Protótipo e imagem possuem certamente uma série de diferenças. No entanto, se julgamos de alguma forma o protótipo, isso também acarretará problemas à sua imagem. E vice-versa: se a imagem é posta em causa, então também o protótipo terá o mesmo destino (...).

Qual é a realidade do meu amor à Igreja? Não à Igreja dos meus antepassados, mas à Igreja do tempo actual, à Igreja tal como ela se mostra no Concílio (...). O meu amor à Igreja mede-se pelo meu amor a Nossa Senhora (...). Ambas partilham o mesmo destino, não só de maneira objectiva mas também subjectiva, no nosso pensar, viver e amar. O meu amor a Nossa Senhora condiciona essencialmente o meu amor à Igreja.